

Assumir uma pesquisa sociológica não é nada evidente. Nunca é fácil realizar um trabalho de distanciamento diante das prenoções e do senso comum. As questões de sociedade, da forma como são formuladas na vida social e na vida política, podem ser o horizonte e a finalidade da pesquisa sociológica, mas elas não são questões sociológicas enquanto não forem previamente desconstruídas e reconstruídas. A prática da sociologia obedece conseqüentemente a regras científicas precisas, e nenhum sociólogo pode desinteressar-se dos progressos realizados na questão metodológica. O saber, neste domínio, no entanto, não constitui um fim em si mesmo. Ele é um meio ao serviço de uma melhor compreensão da sociedade. Preocupado em elaborar para cada uma de suas pesquisas um plano rigoroso de objetivação, o sociólogo é convidado a fazer experiências numerosas e diversificadas. Ele não poderá realmente progredir se não aprender a tirar proveito disso, se não admitir seus fracassos e se não pousar sobre si mesmo e sobre a ciência por ele reivindicada um olhar crítico.

## 2

### Problematizar

Cyril Lemieux

*Sábio não é o homem que fornece as verdadeiras respostas, mas aquele que coloca as verdadeiras questões.*

LÉVI-STRAUSS, C. *Le cru e le cuit* (O cru e o cozido).

E se o mais difícil em sociologia não fosse produzir respostas, mas formular boas questões? Diante de um objeto de pesquisa, seja ele qual for, as questões, com efeito, se apresentam. No entanto, após um exame rigoroso, muitas delas se revelam defeituosas ou insuficientes do ponto de vista da sociologia, seja porque se assemelham ao que poderíamos denominar, nas sendas de Pierre Bourdieu, *questões escolásticas*<sup>22</sup>, seja porque simplesmente se apresentam como *questões descritivas*, incapazes por si mesmas de levantar um verdadeiro problema.

As questões escolásticas são uma espécie perniciosa, já que se apresentam o mais frequentemente revestidas das virtudes da “profundidade” e do “fundamental” – adereços capazes de impor respeito a todo trabalhador intelectual. São as reflexões gerais que as suscitam, reflexões relativas à liberdade humana e ao determinismo, às funções respectivas do indivíduo e da sociedade, ou ainda, ao fato de saber se o atual andamento do mundo possui um caráter inelutável ou não. Estas questões “profundas” consistem em perguntar-nos, por exemplo, se nossas formas de pensar independem de nossa socialização; se determinados indivíduos, agindo como agiram, foram influenciados pela sociedade; ou ainda, se um determinado grupo humano realmente tem condições de transformar-se. Questões deste gênero, na realidade, reportam-se mais à metafísica que à análise sociológica propriamente dita, do ponto de vista a partir do qual elas emergem sem proposições verdadeiras, justamente porque os princípios fundadores da sociologia lhes forneceram *antecipadamente* respostas. Quem concorda com estes princípios não saberia seriamente considerar que nossas formas de pensar de-

22. BOURDIEU, P. *Méditations pascaliennes*. Paris: Seuil, 1997, p. 61-110.

pendem da socialização<sup>23</sup>. Tão pouco opor sociedade e indivíduo, imaginando-os representar duas entidades autônomas influenciando-se mutuamente<sup>24</sup>, ou supor a possibilidade de um grupo humano ser estático, desprovido de historicidade. Todas estas questões, para ele, já receberam sua resposta de princípio<sup>25</sup>.

Para a sociologia, no entanto, existem questões mais duvidosas que as questões escolásticas: são as questões *simplesmente* descritivas. Estas se anunciam sob o aspecto anódino de uma interrogação técnica ou fatural concernindo um pedaço do mundo social. Elas são guiadas pela esperança, a mais legítima, de melhor conhecer um setor de atividades ou reunir informações a respeito de um determinado tipo de realidade social. Elas consistem, por exemplo, em perguntar estatisticamente quantos e quais são os franceses que tiram mais de três semanas de férias por ano, e se esta fatia de trabalhadores aumentou nos últimos quinze anos; ou como as relações entre alunos e professores se organizam num liceu da região parisiense; ou quais posições diferentes assumiram os atores ao longo de uma controvérsia pública. Evidentemente, este gênero de questões não é desprovido de interesse no quadro de uma pesquisa sociológica. Porém, impossível negar que, dado o longo tempo em que passaram sem articular-se com a formulação de um problema, geralmente elas nos atolam no limiar do raciocínio sociológico.

Se os sociólogos somente fossem capazes de produzir questões escolásticas ou descritivas, eles pouco avançariam na compreensão do mundo social. E não seria desprovido de fundamento perguntar-nos se a sociologia valeria então à pena, já que filósofos e metafísicos de um lado, especialistas e técnicos do social de outro, seriam largamente capazes de produzir respostas às questões que aquela *sociologia lá* poderia ter realizado ou seria ainda capaz de produzir. Se simplesmente trilhássemos este caminho, perderíamos o essencial: o espírito da sociologia.

O que é, afinal, este espírito? Ele é uma arte de tornar problemático o mundo social em que vivemos. Diante de situações onde a maioria dos atores prioriza um olhar sobre uma atividade social buscando naturalizá-la, o sociólogo, ao endereçar-lhe certos tipos de questões, pode fazer reaparecer o arbitrário e a indeterminação que esta tentativa de naturalização negou-lhe. Da mesma forma, quando os atores sociais problematizam uma atividade, mas o fazem,

23. Sobre este ponto, cf., p. ex., LAHIRE, B. & ROSENAL, C. (orgs.). *La cognition au prisme des sciences sociales*. Paris: Archives contemporaines, 2008.

24. Cf. esp. ELIAS, N. *Qu'est-ce que la sociologie?* Paris: L'Aube, 1991, p. 55-81 [1. ed., 1970. La Tour d'Aigues].

25. Não se trata de dogmatismo, mas antes da necessidade "técnica" de assumir, a partir do momento em que pretendemos trabalhar sociologicamente, os princípios fundadores dessa disciplina científica. Rejeitar estes princípios, evidentemente, não significa um interdito, uma

para o essencial, a partir das expectativas naturalistas, o sociólogo pode, por sua maneira de questionar, fazer reaparecer a dimensão social ocultada e mostrar assim o caráter parcial ou errôneo dos raciocínios feitos e, eventualmente, os efeitos sociais devastadores que certas "soluções" podem induzir. Sublinhe-se, no entanto, nos dois casos, que para vencer semelhante defasagem urge começar pelo esforço de superação das definições antepositivas e de suas interpretações "naturais". É neste sentido que, em relação ao espírito da sociologia, podemos tranquilamente afirmar que ele não é nem especulativo nem puramente descritivo, mas *crítico*. Ele exige do pesquisador a capacidade de levantar problemas sobre determinadas realidades sociais que para os atores implicados não existem, ou que existem, mas de forma a menosprezar sua natureza social.

Semelhante gesto crítico está no fundamento de toda postura sociológica autêntica. O objetivo deste capítulo é o de tentar discernir atentamente como, concretamente, este gesto crítico pode ser realizado com sucesso. A atração por questões escolásticas e mais ainda a propensão por questões simplesmente descritivas serão vistas como formas disponibilizadas ao pesquisador para frustrar tal gesto e, por essa via, privar-se do espírito da sociologia. Evidentemente, estes dois obstáculos são insuficientes para definir *positivamente* em que consiste tal gesto, muito menos para definir como ele pode ser concretamente efetuado com sucesso. É por essa razão que antecipamos uma definição positiva e precisa do ato de problematizar em sociologia: diríamos que este ato consiste em formular um enigma cuja especificidade de sua resposta demanda *necessariamente* e ao mesmo tempo a construção de um objeto sociológico e uma postura de pesquisa tipicamente empírica. Os termos importantes aqui são "enigma", "construção de um objeto sociológico", "pesquisa empírica" e "necessariamente".

### Tornar enigmático o que parece normal

Como os sociólogos se arranjam para produzir um enigma? A receita, na prática, é sempre a mesma. Ela pode ser decomposta em quatro etapas: 1) Aposar-se de uma crença compartilhada ou de uma constatação reconhecida, ambas relativas ao objeto que se pretende estudar. 2) Ressaltar nela uma série de inferências lógicas ou seus enunciados preditos. 3) Evidenciar um ou vários elementos *empíricos* que contradizem as inferências lógicas ou as predições feitas. 4) Perguntar-se, se as crenças compartilhadas ou as constatações relativas ao objeto são *verdadeiras*, como estes elementos empíricos *podem* existir.

Tomemos um exemplo canônico: 1) Alguém nos faz crer que o suicídio é um ato pessoal, "um ato do indivíduo afetando somente o indivíduo"<sup>26</sup>; que as razões de suicidar-se são sempre eminentemente pessoais, ligadas ao "temperamento do suicidado, à seu caráter, à seus antecedentes, aos acontecimentos de

sua história privada”, e que elas, pois, dizem respeito “exclusivamente à psicologia”<sup>27</sup>; que o suicídio sempre tem por consequência algo de imprevisível e de inexplicável. 2) Normal, portanto, seria esperar que a taxa de suicídio nacional variasse aleatoriamente de ano a ano. 3) Podemos, contrariamente, constatar uma grande estabilidade na taxa de suicídio nacional. Por exemplo: na França, em 1856, 11,6 habitantes sobre 100.000 se suicidaram; em 1857, eram 10,9; em 1858, 10,7; em 1859, 11,1; em 1860, 11,9; e assim sucessivamente. 4) Tanta regularidade não pareceria estranha? Se o suicídio, no plano pessoal, é um ato imprevisível, como explicar que a taxa de suicídio se apresente tão previsível?

Duas observações merecem destaque. Primeira: se Durkheim se tivesse limitado à etapa de n. 1, ele somente teria conseguido formular questões escolásticas: Seria o suicídio um ato *realmente* livre? Seria ele *realmente* fruto do livre-arbítrio? Segunda: se Durkheim tivesse partido da etapa de n. 3, ele jamais teria conseguido produzir um verdadeiro enigma, contentando-se então em responder às questões descritivas como estas: “Como, na França, a taxa de suicídio variou ao longo do decênio 1850-1860?”; ou, “Os protestantes, durante este período, suicidaram-se em maior ou menor número que os católicos?” Trata-se de questões que, em si, não têm praticamente nenhum interesse sociológico, e que teriam feito do *Suicídio* um livro de insignificante valor. *A contrario*, o fato de continuarmos lendo esta venerável obra com sempre maior interesse sinaliza o quanto Durkheim conseguiu centrar-se num verdadeiro enigma. Para obter este resultado, o conjunto das três etapas mencionadas foi-lhe necessário: sem isso, a quarta etapa ser-lhe-ia inacessível.

Atravessemos o Reno e mudemos de estilo sociológico. 1) Em quase todas as sociedades humanas observáveis desde a aurora da humanidade, a partir do momento em que os indivíduos conseguem obter um excedente em alimentos ou bens, ou os consomem (p. ex., através da organização de festas), ou os economizam, caso vislumbrem vindouros dias de escassez. 2) Tal comportamento econômico poderíamos reputá-lo “normal” juntos aos humanos. 3) No entanto, no Ocidente, desde o século XVII, deparamo-nos com indivíduos, empreendedores capitalistas burgueses, que se comportam diferentemente, e que buscam organizar racionalmente o trabalho no seio das empresas que dirigem, em vista de obter o máximo de excedente possível. Quando, por essa via, eles conseguem obter o excedente esperado, negam-se, no entanto, a consumi-lo, demonstrando antes um ascetismo, embora tampouco o economizem: eles preferem reinvesti-lo na máquina econômica, organizando sempre mais racionalmente o trabalho no seio de suas empresas a fim de obter mais excedente ainda. Quando, por essa mesma via, conseguem novos excedentes, igualmente não os consomem, nem os economizam, mas os reinvestem novamente na máquina econômica, reorganizando mais racionalmente ainda o trabalho, na esperança de obter mais exce-

dente ainda. E assim, sucessivamente, de forma infinita. 4) Um comportamento desses não pareceria surpreendente? Ele não denotaria algo de aberrante ou irracional, aos olhos dos comportamentos econômicos observáveis em outras sociedades? Não dependeria ele de uma “disposição de espírito” julgada escandalosa e “proscrita tanto na Antiguidade quanto na Idade Média”?<sup>28</sup> Dito de outra forma: se consumir e economizar o excedente, não trabalhando além do necessário, transformou-se em atitude econômica “normal” no seio da humanidade, como o capitalismo moderno, portanto, fundado na “valorização racional do capital no quadro da *empresa* e na organização racional do capitalista do *trabalho*”<sup>29</sup>, constituiu-se em norma em nossas sociedades?

As mesmas observações poderiam ser aplicadas ao pensamento de Weber. Se, efetivamente, Max Weber tivesse permanecido na etapa de n. 1, infalivelmente ele teria sido levado a propor questões escolásticas (do tipo: Consumir e economizar o excedente faria parte da *natureza* humana?). Da mesma forma, se ele partisse diretamente da etapa de n. 3, jamais teria conseguido tornar o capitalismo *problemático*, satisfazendo-se então em responder a questões descritivas desse gênero: “Como se comportaram os primeiros empreendedores capitalistas?”; ou “Quais justificações eles deram ao próprio comportamento?” Obviamente, sua mais renomada obra intitulada *Ética protestante e o espírito do capitalismo* não se vincula a tais interrogações. Estas possuem um interesse sociológico limitado e até mesmo anedótico. O valor deste majestoso estudo é o de esclarecer que *A ética protestante* está vinculada acima de tudo ao fato de produzir, a propósito dos comportamentos econômicos que pareciam aos Modernos os mais normais e os mais naturais, um enigma sociológico. Para chegar a esse resultado, o conjunto das três etapas acima decompostas foi indispensável à Weber.

Não seria sem dúvida exagerado dizer que todo *verdadeiro* trabalho sociológico pode ser referido a esta matriz. Ainda que determinadas etapas do “tornar enigmático” permaneçam em estado implícito, ainda que a própria etapa do “tornar enigmático” (etapa de n. 4) não seja claramente e distintamente cumprida, os trabalhos sociológicos mais marcantes sempre oferecem a possibilidade de serem lidos como fundamentados numa matriz deste gênero. É por essa razão que encontrar a matriz em questão significa compreender a problemática do trabalho examinado (às vezes mais claramente ainda que ela o é para o autor) e, por consequência, apreender seu interesse sociológico. Esta matriz, em outros termos, não nos fornece apenas um procedimento para tornar enigmático o mundo social que habitamos: ela também oferece chaves para ler de maneira mais perspicaz as obras relativas às ciências sociais que nos aparecem debaixo dos olhos.

28. “Neste comportamento ter-se-ia visto a expressão da avareza mais sórdida e um modo de pensar simplesmente degradante” (WEBER, M. *L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 2003, p. 30-35 [1. ed., 1905].

29. *Ibid.*, p. 37.

### Os três transeuntes e a casa de janelas estranhas

Sempre que não constrói a contradição matricial entre, de um lado, as inferências lógicas ou as predições que podem ser extraídas de uma constatação reconhecida ou de uma crença compartilhada e, de outro lado, os elementos empíricos que as *contradizem*, o pesquisador assume um duplo risco de levantar questões simplesmente escolásticas ou descritivas. Eis o que poderia ser resumido por meio de um apólogo: imagine um transeunte numa rua onde sumariamente, na calçada por ele percorrida, alinham-se 25 casas diferentes. “Quais formas suas janelas apresentam”, pergunta-se ele? Eis o exemplo de uma questão tipicamente descritiva. Tanto mais perceptível porque a resposta do transeunte diz, por exemplo, que “em 96% dos casos as janelas são retangulares (24 casas sobre 25), sendo que nos 4% restantes elas são redondas”. Este transeunte, com uma resposta desse gênero, produziu alguma ciência? Efetivamente, tanto nesta questão quanto na resposta gerada, é difícil perceber-se um interesse sociológico particular. “Não obstante isso”, e se o sociólogo estiver disposto a interagir com este transeunte que afirma ter percorrido uma rua onde 96% das janelas eram retangulares e 4% redondas? Onde pretenderia ele chegar com esta constatação?

Imagine agora um segundo transeunte que, acentuando a esmagadora supremacia das janelas retangulares na mesma rua, se pergunta: “Nossas representações espontâneas sobre o que é uma casa não implicariam, tratando-se de janelas, a forma retangular? Não estaria o retângulo vinculado à nossa maneira de conceber o que *deve ser* a janela de uma casa?” Desta vez, a questão parece ser mais “profunda”. Este transeunte pôs o dedo em algo que talvez ele mesmo pudesse denominar nosso “inconsciente coletivo”, ou nossas “representações coletivas”, reputando-os comandar pensamentos e gostos espontâneos de arquitetos e clientes. Entretanto, não nos enganemos: sua questão não tem nenhum valor superior à questão do transeunte precedente. Ela obviamente deixa de ser descritiva, mas passa a ser escolástica, já que ignora os fatos empíricos – particularmente os 4% das janelas redondas constatadas. Ela coloca em discussão unicamente os elementos das constatações reconhecidas (as casas de janelas retangulares enquanto norma) e tenta, a partir de lá, interrogar-se sobre o tema do inconsciente ou da liberdade. (Somos nós livres para pensar a forma de nossas janelas? Seriam os arquitetos e seus clientes guiados à revelia por representações coletivas?)

Se um terceiro transeunte se apresentasse com a ambição de construir um enigma sociológico ser-lhe-ia primeiramente necessário o seguinte: conseguir *dramatizar a contradição* entre, de um lado, as predições inferidas à análise das 24 primeiras casas (as janelas, nesta rua, tendendo a ser retangulares, obviamente criam a expectativa de que a 25ª casa, também ela, possui janelas com a mesma forma) e, de outro lado, os elementos empíricos que contradizem estas predições (a 25ª casa possui janelas redondas). Somente então ele estaria à altu-

ra de propor a seguinte questão: “Dado que a maioria das janelas da rua é retangular, por qual razão as da 25ª casa são redondas?” Aquilo que nem a questão descritiva do primeiro transeunte, nem a questão escolástica do segundo provocou, repentinamente emerge aqui: a realidade observada é reconhecida como *contraditória*. Dito de outra forma: o terceiro transeunte torna deliberadamente problemático o que parecia evidente (a existência predominante das janelas retangulares). Ele produz, em face da realidade observada, um gesto crítico. Ele se transforma então em sociólogo.

#### Box 1

##### Qual é o “gesto crítico” de Norbert Elias na obra *La société de cour*?<sup>1</sup>

A *Sociedade de corte* não é um livro que questiona a “essência” do poder monárquico. Tampouco é uma obra que se limita em descrever a evolução dos costumes e a psicologia na Corte de Versalhes. Do início ao fim, trata-se de uma obra guiada por um enigma sociológico:

- 1) Ao longo de toda a Idade Média, o rei da França não é senão um dentre seus pares. Ele frequentemente mostra-se incapaz de impor respeito diante dos outros senhores, e frequentemente é obrigado a compor com eles, forjando alianças.
- 2) Consequentemente, não seria exagero supor que os grandes senhores do Reino, nas fases históricas subsequentes, continuassem a multiplicar provas de grande independência em relação à autoridade real, exercendo suas habilidades de impor ao Soberano suas próprias visões.
- 3) Inversamente, estudos demonstram que o absolutismo de Louis XIV notabilizou-se pelo fato do rei ter conseguido fazer-se obedecer e simultaneamente temer seus subordinados, inclusive em face dos membros da aristocracia que ocupavam os mais altos escalões.
- 4) Esta constatação não soa estranha? Se o rei medieval não passava de um senhor, gozando do *status de primus inter pares*, como um rei da idade clássica transformou-se, por si mesmo, num monarca absoluto? Outramente dito: se devessemos dar crédito à afirmação de que a pressão sobre o monarca absoluto “era insuportável, reduzindo-o ao nada”, e que “todos os grupos da corte se rebelavam contra ele”<sup>2</sup>, por que tal pressão coletiva já não se exerce mais?

O gesto crítico de Norbert Elias consiste aqui em tornar problemático o fato mesmo do absolutismo e, para além, a soberania do poder que o Estado moderno exerce sobre seus subordinados. Este poder estatal soberano parecendo normal e natural ao leitor moderno permite estimular o desejo deste último a reporta-se ao anterior unicamente por meio de questões descritivas. Elias, por sua vez, consegue fazer disso um enigma, opondo-lhe à quase ausência de poder estatal que o precedeu, uma experiência enigmática – aquela em que todas as forças da corte se uniram contra o monarca.

<sup>1</sup> ELIAS, N. *La société de cour*. Paris: Flammarion, 1985 [1. ed., 1969].

<sup>2</sup> *Ibid.*, p. 118.

### Como estar seguro de obter uma problemática?

Vários testes permitem ao pesquisador saber se a questão que ele coloca é uma verdadeira problemática. Em primeiro lugar, as questões que possuem mais um caráter escolástico e metafísico que sociologicamente problemático podem ser eliminadas graças ao teste da *empiricidade necessária*. O próprio do enigmatizar sociológico é efetivamente o de recorrer, para que haja alguma chance de resolver o enigma, à pesquisa de dados empíricos ainda não disponíveis ao pesquisador, e que em grande parte, naquele momento, ele desconhece. Este não é o caso das questões escolásticas, que esperam respostas que não requerem uma pesquisa empírica suplementar, mas antes uma reflexão ao nível lógico e um enquadramento conceitual dos dados já disponíveis.

As questões descritivas, por sua vez, resistem perfeitamente ao teste da empiricidade necessária, já que elas também exigem, a fim de que uma resposta lhes seja aportada, que o pesquisador invista em uma pesquisa empírica. Outros testes são conseqüentemente necessários para não confundi-las com as reais problemáticas que elas não o são. Podemos primeiramente pensar no teste da *unicidade*: enquanto as questões descritivas, a propósito de um mesmo tema, tendem a se apresentar em número quase infinito, um enigma é sempre único. O pesquisador sem problemática se pergunta: Como funcionava o hospital psiquiátrico Santa Elisabete de Washington em 1955-1956? Como ele funcionou nos anos seguintes? Como funcionava tal serviço do hospital? Qual era então o perfil social das pessoas internadas? Havia ali mais negros que brancos? Qual era o procedimento de internação? Qual era, nos Estados Unidos de então, a legislação referente à internação psiquiátrica? O fato de ele não saber hierarquizar estas questões e de atribuir-lhes indistintamente uma importância "vital", longe de testemunhar uma complexidade particular do tema revela antes sua própria dificuldade em problematizar. Efetivamente, o objetivo nunca é o de escolher, dentre uma infinidade de questões descritivas, aquela que valeria a pena ser colocada – em função de qual critério, aliás, operar tal ou tal escolha? O objetivo é mais simplesmente, mas também mais ambiciosamente, produzir, sob a forma de um enigma, um gesto *crítico* em relação a uma realidade dada. Uma vez realizado este gesto, o pesquisador disporá de um domínio dos mais seguros sobre esta realidade, seja qual for sua complexidade<sup>30</sup>. O próprio do enigmatizar bem-sucedido é, pois, o de sempre fornecer ao pesquisador um princípio de hierarquização, de seleção e de organização dos dados descritivos pertinentes.

Um segundo teste mobilizável para identificar o caráter simplesmente descritivo de uma questão é o da *recusa à exaustividade*. Diferentemente das autênticas problemáticas, as questões descritivas possuem efetivamente por característica notável o fato de incitar o pesquisador a mostrar-se o mais "completo"

30. Este domínio nada mais é que a *contradição* que ele trouxe à tona, relativa à realidade estudada.

possível no tema que ele aborda. Trata-se lá de um objetivo que é não somente impossível de ser alcançado, mas ainda, e principalmente, que faz desviar o pesquisador do projeto verdadeiro das ciências sociais. Como o dizia o historiador Lucien Febvre, temos o direito de exigir de tal pesquisador, confrontado com um tema de estudo, não que ele nos diga "tudo aquilo que ele sabe", mas, acima de tudo, que ele consiga "expor a questão"<sup>31</sup>. Razão pela qual, por exemplo, Durkheim precisa em sua obra *O suicídio*: "Nossa intenção não é, portanto, fazer um inventário o mais completo possível de todas as condições que podem entrar na gênese dos suicídios particulares, mas somente pesquisar aquelas das quais depende este fato definido, por nós denominado taxa social dos suicídios"<sup>32</sup>. Pois, efetivamente, é aquele fato lá, e não outro, que se encontra no fundamento do enigma que Durkheim deu-se por tarefa resolver.

Incapacidade de discriminar entre um número indefinido de questões e busca ilusória de um ideal de exaustividade: eis os dois sintomas mais impressionantes da ausência de problemática – dois indícios, dito de outra forma, mostrando que o espírito sociológico ou se perdeu ou se ausentou. Poderíamos acrescentar ainda um terceiro sintoma, que se revela sempre mais claramente nas fases posteriores à pesquisa: a realidade que o pesquisador descreveu sempre vai receber polimentos, sobretudo quando ela comporta elementos conflitivos – já que estes últimos vão ser apreendidos como "naturais" ou funcionais. Tal polimento testemunha que as contradições que fazem a trama do real não foram discernidas e que conseqüentemente o sociólogo, no momento de lançar sua pesquisa, não dispõe de nenhuma alavanca para *desnaturalizar* as realidades sociais que busca estudar<sup>33</sup>.

### Reconstruir seu objeto de estudo

A definição "natural" do objeto de estudo tende a excluir os elementos empíricos que a contradizem. Assim, por exemplo, a definição usual do capitalismo não assume o fato que ele é uma conduta regida por contradições que ultrapassam os comportamentos econômicos tradicionais. É a razão pela qual colocar um enigma incute *necessariamente* no sociólogo a obrigação de reconstruir seu objeto de estudos. O objetivo dessa reconstrução é o de criar um plano analítico

31. "Recuso-me a ser 'completo'. [...] Este livro vai juntar-se a outros – que igualmente não são completos. Mas todos, assim o espero, propõem algum enigma a ser procurado [Uso aqui o termo direito]. Do direito de um historiador que se coloca problemas, ao invés de esboçar inventários" (FEBVRE, L. *Amour sacré, amour profane*. Paris: Gallimard, 1996, p. 11-20) ["Folio"] [1. ed., 1944].

32. DURKHEIM, É. *Le suicide*. Op. cit., p. 15.

33. A situação está, pois, longe de ser irreversível e desesperadora: as contradições podem ser apreendidas "no andar da carruagem" e ceder lugar, então, à formação retrospectiva de uma problemática real. Este, sem dúvida, é o processo mais frequente da pesquisa.

no qual a contradição observada não seja mais excluída, mas, ao contrário, evidenciada, mediante uma nova abordagem do tema.

Assim, quando Durkheim rompe com as prenoções relativas ao suicídio enquanto ato individual, livre e imprevisível, ele evita substituí-las pura e simplesmente pela noção de taxa social de suicídios. De fato, nenhuma dessas duas abordagens do fenômeno, enquanto se excluem mutuamente, pode, exclusivamente, construir o objeto sociológico a ser estudado. É somente reconstruindo a noção de "suicídio" ao redor da ideia de que existe alguma relação, a ser determinada, entre taxa social de suicídios constatada em âmbito nacional e entre "estados individuais que acompanham os diferentes tipos de suicídios"<sup>34</sup> que poderá ser plenamente evidenciada e em seguida explorada a contradição ao fundamento do enigma. Durkheim esforça-se assim em construir um novo objeto que não é nem o suicídio como ato individual nem a taxa de suicídios como dado estatístico agregado, mas antes, o suicídio como tendência coletiva interiorizada pelos indivíduos. Este objeto tipicamente novo situa-se de forma crítica em relação às duas abordagens que ele mesmo sintetiza e supera: ele sublinha, contrariamente a determinadas crenças compartilhadas, em que o suicídio não é simplesmente um ato individual – ou, se preferirmos, não é um ato simplesmente individual –, mas igualmente evidencia que, contrariamente às ilusões eventuais do estatístico, a taxa social de suicídios, isolada, não pode evidenciar como cada indivíduo, em sua singularidade, experimenta sua própria tendência ou sua própria imunidade ao suicídio<sup>35</sup>.

Da mesma forma vemos Max Weber, uma vez tendo conseguido tornar o capitalismo problemático, construir um novo objeto que não corresponde nem à concepção do capitalismo enquanto modelo produtivo "objetivamente" mais "competitivo"<sup>36</sup>, nem às abordagens normativas do que deve ser um comportamento econômico "humano". Este seu novo objeto corresponde às justificações das condutas econômicas ou, mais exatamente, às éticas dos agentes sociais, enquanto desencorajam ou encorajam neles determinadas atitudes econômicas. Da mesma forma, Norbert Elias, em sua obra *A sociedade de corte*, uma vez tendo tornado enigmática a dominação exercida pelo monarca, foi levado a construir um objeto novo, denominado por ele "equilíbrio das tensões" no seio da corte. Este

34. DURKHEIM, É. *Le suicide*. Op. cit., p. 16.

35. Esta é a proposta do cap. 6 do livro II, consagrada às "Formas individuais dos diferentes tipos de suicídios": chamar a atenção do leitor para este ponto.

36. Weber se esforça assim para mostrar os limites do conceito de "seleção" como meio de explicação do sucesso do capitalismo moderno: "Para que este modo de conduta de vida e de concepção da profissão-vocação (*Beruf*), enquanto adaptada à especificidade do capitalismo, pudesse ser 'selecionada', isto é, superar as outras, foi necessário primeiramente que ela nascesse, e não somente junto aos indivíduos singulares isolados, mas enquanto modo de ver presente em grupos humanos. É precisamente esta gênese que precisa ser explicada" (WEBER, M. *Éthique protestante et l'esprit du capitalisme*. Op. cit., p. 29).

objeto novo o autorizará, recuperando parcialmente tais tensões, a superar esta dominação, bem como a ideia ingênua segundo a qual o poder do chefe de Estado moderno emana de seu carisma e de suas qualidades próprias, e a concepção meio engenhosa segundo a qual este poder não repousa na realidade sobre nada.

#### O princípio da dupla homogeneidade da explicação sociológica

Se possuísse o espírito sociológico, nosso terceiro transeunte, uma vez tendo conseguido tornar problemática a existência de janelas retangulares na rua estudada, ele também seria levado a construir seu objeto novo de estudo. Ele não poderia contentar-se com uma concepção geral daquilo que é uma janela (isto é, uma abertura numa parede), já que esta não lhe permitiria especificar a relação desigual observada nesta rua entre janelas retangulares e redondas. Poderia ele satisfazer-se mais com a definição localmente dominante sobre o que é uma janela (a saber: uma abertura de *forma retangular* numa parede)? Neste caso, ao invés de manter unido, ele seria constrangido a imputar a outro plano analítico o fato empírico contraditório que lhe serviu para fundar seu enigma (isto é, a existência de janelas redondas). Para sair destes impasses, convir-lhe-ia efetuar, em relação a estes dois tipos de abordagens, um deslocamento permitindo-lhe apreendê-los em um mesmo plano. É esta operação de deslocamento que costumamos denominar, em sociologia, "construção do objeto". No caso presente, o pesquisador transeunte, por exemplo, atribuir-se-ia por tarefa a de estudar, nesta rua, as *práticas sociais* consistindo em decidir sobre uma abertura numa parede, e em realizá-la.

Ora, um dos pontos essenciais neste deslocamento assim operado é o seguinte: o novo plano analítico (o das práticas de produção de janelas) doravante permite buscar uma explicação, *indiferentemente* da existência de aberturas retangulares, redondas ou comportando outra forma qualquer. Com isso o pesquisador se imunizaria contra a tentação de deduzir, do fato da existência de uma diferença gritante entre janelas retangulares e redondas, que seria necessária a existência de uma diferença na maneira de explicar a existência respectiva destas janelas. Contrariamente teria surgido a perspectiva de uma explicação sociológica homogênea da diferença observada: se as janelas são diferentes, é porque elas têm por origem *comum* as práticas sociais de produção das janelas. É que, dito diferentemente, elas possuem uma *mesma* causa social. Eis o que se opõe radicalmente ao resultado que obteríamos se retomássemos por conta própria a abordagem localmente dominante do que é uma janela: se partíssemos efetivamente do princípio que somente as janelas retangulares são "naturais", facilmente poderíamos pensar que as janelas redondas devessem se explicar por práticas não naturais, isto é, sobrenaturais. Contentar-nos-íamos então em dizer que elas têm por causa, por exemplo, a fantasia pessoal ou a doença mental do proprietário da 25ª casa.

O sociólogo David Bloor teorizou assim a necessidade de explicar, de maneira homogênea, o que, em um fenômeno, se nos aparece como natural ou normal de um lado, e o que se nos aparece como não natural ou anormal de outro. “Princípio de simetria” é o nome que ele dá a esta exigência que agrega valor ao estudo sociológico das controvérsias científicas<sup>37</sup>. Bruno Latour e Michel Callon estenderam o princípio de simetria mais geralmente ao estudo das controvérsias sociotécnicas<sup>38</sup>. Vemos aqui em que o princípio de simetria da explicação é uma cláusula cuja validade *geral* pode ser reconhecida em ciências sociais: sua “satisfatoriedade” resulta efetivamente de uma reconstrução correta do objeto a ser estudado, sendo que deste objeto ela é, de alguma forma, o emblema. Sempre que a reconstrução do objeto é imperfeita, efetivamente ela faz aparecer uma naturalização ou uma normalização dos aspectos julgados naturais ou normais do fenômeno estudado e, em pé de igualdade, uma “desnaturalização” ou uma “anormalização” dos aspectos julgados não naturais ou anormais<sup>39</sup>.

O princípio de simetria de Bloor soma-se ao que se convencionou denominar “cláusula de homogeneidade da explicação”, formulada por Durkheim, no capítulo 5 da obra *Les règles de la méthode sociologique* (As regras do método sociológico). Esta cláusula faz referência à afirmação segundo a qual “os fatos sociais só podem ser explicados por fatos sociais”<sup>40</sup>. Poderíamos distinguir, a este respeito, *homogeneidade horizontal* (fatos e contrafatos) e *homogeneidade vertical* (todo fato social deve ser explicado por outro fato social). Mas estes dois tipos de homogeneidade, na realidade, são indissociáveis e formam um sistema. Isso porque, a partir do momento que um fato e seu contrafato são submetidos ao mesmo tipo de explicação *sociológica* (homogeneidade horizontal), por definição cada um deles encontra-se referido a uma causa social (homogeneidade vertical). Assim a aplicação do princípio de simetria de Bloor necessariamente leva a satisfazer o princípio durkheimiano consistindo em tratar os fatos a serem explicados, bem como os fatos explicativos, enquanto fatos sociais – e não enquanto fenômenos psicológicos ou materiais. Consequentemente, nosso sociólogo transeunte não tem nenhuma chance de conseguir explicar socio-

37. BLOOR, D. *Sociologie de la logique ou les limites de l'épistémologie*. Paris: Pandore, 1982.

38. Cf. CALLON, M. (org.). *La science et ses réseaux – Gènes e circulation des faits scientifiques*. Paris: La Découverte, 1989. • LATOUR, B. *Nous n'avons jamais été modernes – Essai d'anthropologie symétrique*. Paris: La Découverte, 1991.

39. Ora, como foi dito, tornar a realidade problemática consiste exatamente numa operação inversa: trata-se de tornar não naturais e anormais os aspectos julgados ordinariamente os mais naturais ou os mais normais do fenômeno estudado. Quanto à construção do objeto sociológico e à pesquisa empírica que se segue, poderíamos dizer que seu objetivo é acima de tudo tornar natural e normal os aspectos julgados inicialmente os mais não naturais ou os mais anormais do fenômeno estudado.

40. DURKHEIM, É. *Les règles de la méthode sociologique*. Paris: PUF, 1987, p. 147 [1. ed., 1895]. Cf. ib. p. 109: “A causa determinante de um fato social deve ser buscada entre os fatos sociais antecedentes, e não entre os estados da consciência individual”.

logicamente as janelas redondas por fatores psicológicos, funcionais, étnicos ou climáticos: ele não somente provocará uma ruptura com o princípio de homogeneidade horizontal, mas também, indissociavelmente, com o princípio de homogeneidade vertical, demonstrando assim, sobretudo, que seu objeto sociológico foi malconstruído.

## Box 2

### O princípio de dupla homogeneidade da explicação em Max Weber

Quando Max Weber assumiu explicar o surgimento do “capitalismo empreendedor burguês” ocidental do século XVII em termos sociológicos, parecia-lhe impossível explicar a não emergência deste tipo particular de capitalismo nas cidades chinesas da época, senão por razões outras que sociais ou históricas. Suponhamos, por exemplo, que ele tivesse imaginado que este tipo de capitalismo não se desenvolveu na China, não obstante a civilização chinesa conhecesse um nível de prosperidade econômico-mercantil elevada, sobretudo por causa da psicologia dos comerciantes chineses, ou em razão das características topográficas ou climáticas da China: neste caso ele teria perdido o que denominamos acima “espírito sociológico”. E isso por duas razões: 1) Porque não foi assim (com este tipo de fatores) que ele, aliás, explicou a emergência do capitalismo no Ocidente (ruptura com o princípio de homogeneidade horizontal). 2) Porque a ausência de capitalismo enquanto fenômeno sócio-histórico não podia ser explicada única e essencialmente por fatores psicológicos, climáticos ou geográficos (ruptura com o princípio de homogeneidade vertical).

Na perspectiva em que se situa Max Weber, a psicologia dos comerciantes chineses merece, obviamente, da parte do sociólogo, uma atenção redobrada, mas ela jamais é parte indispensável dos explicativos: longe de ser o que explica a não emergência do capitalismo na China, ela é antes o que deve ser explicado por causas sócio-históricas, através, notadamente, da noção de *ethos* – noção que depende da sociologia, não da psicologia individual. Da mesma forma, na ótica weberiana, as características geográficas ou climáticas são incapazes de explicar *por si mesmas* um fenômeno sócio-histórico, seja ele qual for, à medida que este último não pode ser deduzido mecanicamente delas. Estes fatores sem dúvida não deixam de influir, mas o sociólogo não saberia apreender o papel deles senão partindo do fenômeno sócio-histórico ele mesmo antes que considerar tais fatores como uma espécie de mecanismo determinante do exterior das condutas sociais.

### O que fazer com as explicações profanas

No fundo, construir um objeto sociológico consiste em configurar o conjunto dos fatos de forma que o enigma colocado não possa aceitar respostas extrassociológicas. Isso pode ser afirmado a partir da referência à cláusula durkheimiana de homogeneidade da explicação sociológica (homogeneidade vertical), bem como a partir da afirmação, indissociável, de um princípio de simetria (homogeneidade horizontal), muito caro a David Bloor. Em todos os casos, a construção do objeto se apresenta como um trabalho crítico enquanto constrói o pesquisador a romper com as definições naturais do objeto a ser



estudado – isto é, com as prenoções ligadas a este objeto – a fim de tornar possível a explicação sociológica duplamente homogênea investigada. Mas ela leva igualmente, pela mesma razão, a desqualificar *a priori* determinadas respostas ao enigma inicial: de cara podem ser efetivamente descartadas as explicações espontâneas que implicariam infringir o princípio de dupla homogeneidade da explicação sociológica.

É assim que vemos um autor como Durkheim, no início de cada uma de suas obras (*De la division du travail social* (Da divisão do trabalho social); *Le suicide* (O suicídio); *Les formes élémentaires de la vie religieuse* (As formas elementares da vida religiosa)), desfazer meticulosamente, uma após outra, as explicações “falsas” do fenômeno social que ele entende estudar: não, o suicídio não se explica pela raça; não, ele não se explica pela hereditariedade; não, ele não se explica pelo clima; não, ele não se explica pela imitação. Por qual razão? Simplesmente porque estas diversas explicações revelam não ser homogêneas com o fato social a ser explicado. Desse fato, exclui-se que elas possam ser verdadeiras *do ponto de vista sociológico*. Importa sublinhar aqui que a eliminação das explicações “falsas” não se deduz do objeto sociológico, como se *a priori* este tivesse imposto ao pesquisador as condições de veracidade. Esta eliminação deve antes ser vista como *uma operação* que contribui por si mesma na construção do objeto sociológico. Ela leva a testar se a explicação candidata estará à altura de satisfazer as exigências de dupla homogeneidade que a explicação sociológica *deve respeitar*. É desta forma que, por exemplo, Durkheim se esforça para mostrar, *apoiado em quadros estatísticos*, que nenhum dos fatores supracitados (raça, hereditariedade, clima, imitação) revela-se à altura de tornar previsível e explicável o fenômeno social do suicídio. Através desta operação ele emoldura passo a passo o suicídio enquanto objeto sociológico, isto é, enquanto objeto que não pode aceitar como causas explicativas senão causas que sejam homogêneas com o fato social que ele efetivamente é.

Os objetos sociologicamente construídos se distinguem assim dos objetos socialmente recebidos pelo fato que, diferentemente destes últimos, os primeiros possuem a faculdade de tornar possível uma explicação sociológica simétrica e homogênea. Isso significaria afirmar que as explicações que não resultam de tal construção – em particular, as explicações “profanas” dos fenômenos sociais – devem ser sistematicamente consideradas falsas pelo sociólogo? Sem dúvida seria mais justo dizer que elas devem ser vistas como *inadequadas* ao projeto de explicação sociológica. Por um lado, de fato, é óbvio que enquanto não satisfazem o princípio de dupla homogeneidade da explicação, estas explicações profanas só podem fracassar ao tentar fornecer ao mundo social uma interpretação propriamente sociológica. A lógica que elas propõem não nos protege da tendência em designar como causa de um fenômeno social (p. ex., a delinquência) um fenômeno que não o é (p. ex., o fenótipo das pes-

soas)<sup>41</sup>; nem contra a tendência de invocar, para explicar um fenômeno socialmente transgressivo (p. ex., a delinquência juvenil), uma causa diferente da invocada para explicar um fenômeno “normal” correspondente (p. ex., a recusa de alguns jovens de aventurar-se em uma carreira delinvente)<sup>42</sup>. O fato é que muito frequentemente estas diversas explicações tendem a naturalizar as diferenças sociais e a normalizar os fenômenos sociais que somente são normais à medida que lhes dedicarmos um esforço significativo para efetivamente torná-los enigmáticos. De outro lado, tais explicações profanas comportam evidentemente algo de verdadeiro, e isso à medida que elas são compartilhadas e, até certo ponto, validadas socialmente. Sua existência social e seu prestígio atestam o fato de não serem destituídas de fundamento. Deste fato pouco sociológico não podemos concluir que elas seriam aberrações mentais, ou explicações absurdas do mundo social, ou erros coletivos. A tarefa sociológica que elas demandam é muito mais exigente: ela consiste em prestar contas de seu fundamento social. Ela requer, em outros termos, que as consideremos como *uma parte do objeto* que, por tarefa, nos atribuímos estudar<sup>43</sup>.

### Box 3

#### As explicações profanas possuem um fundamento racional?

Uma forma doravante corrente de levar em conta o fato que as explicações profanas ligadas ao objeto sociológico estudado fazem parte integrante deste último consiste em invocar seu poder de “construção da realidade”: crenças e representações a respeito do objeto contribuem, diz-se, a construir socialmente o objeto de pesquisa. Assim, por exemplo, crer na validade das explicações astrológicas poderia induzir um ator a interpretar sua perda de emprego como consequência de uma má conjunção astral antes que considerá-la uma injustiça social cometida contra ele. Com efeito, a astrologia como recurso explicativo profano não pode ser desconsiderada na explicação sociológica do comportamento deste ator<sup>1</sup>. Esta abordagem construtivista tem

41. Para reivindicar a função de sociólogo, urge assumir o princípio de dupla homogeneidade da explicação, estudando não o fenótipo das pessoas, mas antes a maneira com a qual ele é socialmente interpretado (ou não) como um sinal tornando previsíveis algumas tendências delinquentes.

42. Estas explicações assimétricas basear-se-iam, p. ex., na ideia de que os jovens delinquentes desperdiçariam seu tempo com a imoralidade, enquanto os jovens não delinquentes orientar-se-iam por uma forte consciência moral. Para reivindicar a condição de sociólogo, urgiria, ao contrário, assumir o princípio de simetria (homogeneidade horizontal), pesquisando qual seria a moral própria a cada uma destas duas populações.

43. P. ex., o fato de imputar ao fenótipo das pessoas de tendências delinquentes reenvia às chances muito desigualmente distribuídas de tornar delincente segundo a condição social dos pais – na França, as populações emigradas são ao mesmo tempo as mais pobres e as mais presentes na prisão. Da mesma forma nos Estados Unidos, os negros, a resistência de determinadas crianças dos meios populares à tentação de engajar-se em uma carreira delinvente, enquanto seus camaradas escolhem uma, reenvia a ligeiras diferenças de socialização e de integração. As explicações profanas destes fenômenos, se sociologicamente são inaceitáveis, nem por isso deixam de ter um fundamento.



por mérito acentuar o fato que as explicações profanas resultam de um trabalho coletivo de validação no seio de uma comunidade ou de um grupo social, e constituem, portanto, fenômenos sociais enquanto tais – não fenômenos cognitivos “naturais”. O limite desta abordagem vincula-se ao fato que ela geralmente trata estas explicações profanas sob a ótica de seus *efeitos sociais* e não em suas causas. É por essa razão que tais explicações podem aparecer exclusivamente, na ótica dos autores construtivistas, como crenças anticientíficas, o que implicaria ver nelas tão somente erros a ser combatidos. Trata-se mais de um interesse das abordagens praxiológicas de inspiração etnometodológica<sup>2</sup> ou pragmática<sup>3</sup>; mas também, por exemplo, da abordagem boudoniana em termos de “boas razões” para se acreditar em ideias falsas<sup>4</sup>, antes que de um interesse em convidar o pesquisador a considerar que as explicações não sociológicas do mundo social possuem um fundamento na *prática* dos atores – fundamento que, desde então, torna-se um objeto da pesquisa. As explicações profanas não parecem perpetuar-se, pois, somente porque regularmente são validadas coletivamente, não obstante a falsidade científica, mas ainda, e mais fundamentalmente, porque se reproduzem nas práticas coletivas que continuam dando a tais explicações uma evidência e uma ancoragem “natural” e racional.

<sup>1</sup> Cf. ADORNO, T. *Des étoiles à terre – La rubrique astrologique du “Los Angeles Times”*. Paris: Exils, 2000 [1. ed., 1975].

<sup>2</sup> Cf. GARFINKEL, H. *Recherches en ethnométhodologie*. Paris: PUF, 2007 [1. ed., 1967].

<sup>3</sup> Cf. LAGRANGE, P. “Enquêtes sur les soucoupes volantes – La construction d'un fait aux États-Unis (1947) et en France (1951-1954)”. *Terrain*, n. 14, mar./1990, p. 92-112. • CLAVERIE, É. *Les guerres de la Vierge – Une anthropologie des apparitions*. Paris: Gallimard, 2003.

<sup>4</sup> Cf. BOUDON, R. *Lidéologie ou l'origine d'idées reçues*. Paris: Fayard, 1986.

Em sociologia, portanto, o estatuto das explicações profanas só pode ser o de um objeto ou o de uma parte do objeto estudado. Este objeto, ou parte dele, no entanto, deve ser levado a sério, já que o raciocínio sociológico plenamente reflexivo impõe ir além de uma simples desqualificação da forma com a qual os profanos se explicam o mundo social onde evoluem. Ele obriga primeiramente a apreender os efeitos sociais deste tipo de explicações sobre o objeto que nos preparamos para estudar: Quais obstáculos epistemológicos tais explicações profanas endereçam à construção de um objeto sociológico? Dito de outra forma: Em que exatamente elas contradizem a aplicação do princípio de dupla homogeneidade da explicação sociológica? Trabalho tanto mais importante a realizar que ele poderia levar ao reconhecimento daquilo que seríamos tentados a denominar *instituições sociológicas profanas*: em alguns casos, com efeito, a explicação profana está muito perto de respeitar a cláusula de dupla homogeneidade da explicação sociológica<sup>44</sup>. Ao localizar o que ainda lhe falta

44. A eventualidade de explicações profanas satisfazendo plenamente este princípio, portanto, não tem razão de ser descartada *a priori*. No entanto, no caso em que esta eventualidade se realiza, nada mais distinguindo estas explicações das hipóteses explicativas propriamente sociológicas, o problema entre as duas, ao qual por reportarmos aqui, desaparece.

para respeitar totalmente esta cláusula (p. ex., uma reformulação sociológica de considerações impregnadas de psicologia individual), o pesquisador pode construir seu objeto sociológico tirando proveito da experiência dos atores, ao invés de tentar contestá-la.

Num segundo momento, ir além da desqualificação das explicações profanas pode não implicar mais a análise dos efeitos sociais, mas as *causas sociais* das explicações. A partir de então, o fundamento que elas encontram na prática dos atores transforma-se em elemento de pesquisa, e o pesquisador deverá empenhar-se para precaver-se contra o fato que, longe de simplesmente serem destituídas de raciocínios abstratos ou arbitrários, as explicações profanas se beneficiam de uma ancoragem “natural” e racional na organização das práticas sociais. O que lhe é então suscetível de aparecer não é mais o obstáculo que tais questões endereçam ao projeto sociológico, mas antes, as resistências políticas e morais que alguma organização das práticas sociais instala em face ao poder de convicção das explicações sociológicas do mundo social<sup>45</sup>.

### A empiricidade necessária

Nem o tornar enigmático, nem a construção de um objeto sociológico podem ser realizados sem um mínimo de confrontação com os dados empíricos. O tornar enigmático procede efetivamente da dramatização de uma contradição entre as expectativas (constatações reconhecidas, crenças compartilhadas) e os fatos sobre os quais urge imediatamente recolher informações. São estes mesmos fatos contraditórios que levam a construir um objeto sociológico, isto é, a abrir o plano de uma explicação sociológica duplamente homogênea, capaz de recapturá-los em um único conjunto com os fatos que os contradizem. Seria, por consequência, errado afirmar que a pesquisa sociológica empírica só começa após a proposição de um enigma e após a construção de um objeto. Desde o início, estas três operações se entrelaçam. A terceira, a pesquisa sociológica empírica, não é menos *logicamente* solicitada e justificada pelas duas primeiras. Ela efetivamente comporta um ar de necessidade técnica para quem quer aportar ao enigma colocado uma resposta que não decorra do pensamento ordinário, mas que, ao contrário, se instala no plano que abriu a construção do objeto

45. Muitos sociólogos costumam lamentar-se porque suas pesquisas e explicações nunca são compreendidas, implementadas ou aceitas pelos atores nelas implicados. É que eles abordam a questão das explicações profanas unicamente em termos de obstáculo epistemológico, isto é, vendo nelas ideias falsas do ponto de vista sociológico, a “resistência” dos atores às explicações “verdadeiras” tornando-se desde então sinal de irracionalidade de tais atores. Estudar em que a organização das práticas sociais vincula política e moralmente os atores às explicações profanas, a partir do fato que esta organização torna tais explicações muito mais “naturais” e “evidentes” que as explicações “verdadeiras” do sociólogo, sem dúvida é uma atitude mais conforme à ambição da sociologia; mas isso também poderia advir do fato que o pesquisador não se sente obrigado a atribuir aos atores uma irracionalidade maior que a atribuída a si mesmo.

sociológico. Pois, se o específico das explicações profanas é o fato de elas serem *dedutíveis* dos fatos a explicar (que esta menina prefere brincar com bonecas ao invés de brincar com os pequenos soldados, se explica pelo fato que ela é uma menina), o específico das explicações sociológicas é justamente o de não sê-lo. Com efeito, a causa *comum* aos fatos (a maioria das meninas prefere as bonecas e não os pequenos soldados) e às simulações (algumas preferem os pequenos soldados), por definição é exterior a estes diferentes fatos eles mesmos, e a causa não pode ser deduzida de nenhum deles; o fato de ser uma menina não implicando *necessariamente* a preferência pelas bonecas. Em outros termos: a partir do momento que o sociólogo construiu seu objeto, o deducionismo, visto frequentemente como uma maneira de pensar bastante eficaz na vida corriqueira, torna-se para ele um método impossível. No máximo ele pode arquitetar hipóteses explicativas – tomando o cuidado para que elas respeitem a cláusula de dupla homogeneidade –, mas estas merecem em cada caso ser devidamente confrontadas com o real.

Parece assim que o grau de necessidade técnica experimentada pelo pesquisador na condução de uma pesquisa empírica almejando alcançar uma resposta ao enigma por ele colocado constitui-se em excelente indicador da qualidade sociológica, e de seu enigma, e da construção de seu objeto<sup>46</sup>.

#### Box 4

##### Um traço de união entre construção do objeto e pesquisa: a definição prévia

O vínculo entre construção do objeto e pesquisa empírica pode ser lido no conceito durkheimiano de “definição prévia”, ao qual corresponde, com diferenças não obstante notáveis, a noção weberiana de “ilustração provisória”. Definir, escreve Durkheim, “é delimitar o círculo dos fatos sobre os quais vai incidir a pesquisa, indicar por quais sinais os reconhecemos e como eles se distinguem daqueles com os quais poderiam ser confundidos”<sup>2</sup>. Esta definição é criteriológica e, portanto, concebida, inicialmente, como um instrumento *ao serviço da pesquisa empírica*. Aliás, esta é a razão pela qual ela é convidada, ao termo desta pesquisa, a ceder seu lugar a uma definição última, mais exata, já que assentada então na explicação sociológica desvelada ao longo da pesquisa. Imediatamente, no entanto, percebe-se o vínculo que une esta definição prévia ao objetivo de construir um objeto sociológico. Pois os critérios

que ela oferece ao pesquisador para reconhecer na profusão do real o que participa do “círculo dos fatos” sobre os quais ele pesquisa não são independentes do objetivo de instalar-se num plano de explicação sociológica duplamente homogênea – desde que eliminando, por exemplo, do fenômeno a ser estudado, tudo aquilo que depende da psicologia individual ou da psicologia. A definição prévia não deve ser confundida, portanto, com a construção do objeto sociológico, sendo antes um instrumento prático que serve para inaugurar a fase da pesquisa. Não obstante isso, ela não deixa de ser importante nesta fase de construção sociológica.

<sup>1</sup> Cf. WEBER, M. *Éthique protestante et l'esprit du capitalisme*. Op. cit., p. 21. Para Weber, a ilustração (*Veranschaulichung*) provisória se opõe à “definição conceitual”, e não é congruente com a forma com a qual Durkheim, por sua vez, concebe a “definição prévia”. Ocorre que a ilustração weberiana é um procedimento que preenche a mesma função da definição prévia de Durkheim, a saber: permitir “estender-se sobre o objeto da pesquisa” (ibid.).

<sup>2</sup> DURKHEIM, É. *Journal sociologique*. Paris: PUF, 1969, p. 140.

Não nos alongaremos mais a propósito da pesquisa empírica em sociologia; sobre suas exigências e seus métodos, vários capítulos desta obra são dedicados a estas e a outras questões. Nosso objetivo aqui, o de indicar como conduzir uma pesquisa empírica, é uma *necessidade* convocada pela produção de uma problemática autêntica e pela construção de um objeto, à medida que estes exigem uma resposta que *não pode ser evidente* – uma resposta, dito diferentemente, que *não pode ser deduzida* do círculo dos fatos já conhecidos. A posição aqui defendida não poderia consequentemente ser confundida com um arrazoado de empirismo raso, se por isso entendemos a crença segundo a qual coletar fatos de forma metódica seria suficiente para apresentar um trabalho com ares científicos. A isso a ciência se opõe totalmente, já que ela afirma que a pesquisa empírica, quando efetivamente faz-se necessária, não constitui jamais um fim em si, mas somente um meio – o único disponível – para dar ao enigma colocado uma resposta cientificamente satisfatória. Assim, a resposta que finalmente Durkheim aporta à questão de saber se a taxa social dos suicídios é precisamente previsível teve que passar obrigatoriamente pelo exame de inúmeras variações estatísticas em função de diversos “concomitantes sociais” – exame sem o qual o vínculo entre grau de integração social e imunização ao suicídio não poderia ter vindo à tona. Da mesma forma, Weber não teria conseguido explicar a emergência de um “espírito do capitalismo”, transgressivo em relação aos comportamentos econômicos até então dominantes, senão após o exame detalhado dos textos fundadores de inúmeras seitas pietistas, metodistas e batistas do século XVII, incluindo os que expõem as condutas de vida prescritas pelos primeiros capitalistas modernos, como Benjamin Franklin. Quanto ao sociólogo transeunte mencionado neste capítulo, é somente conduzindo uma pesquisa aprofundada sobre o proprietário da 25ª casa e seu lugar no seio da comunidade local, assim como sobre a evolução das práticas locais em matéria de relações de

46. Encontramos aqui o que mais acima denominamos teste de empiricidade necessário: quanto menos a pesquisa empírica parece tecnicamente necessária para responder à questão colocada, tanto mais podemos estar seguros de que esta questão é tipicamente escolástica – neste caso, os fatos contraditórios que a pesquisa poderia fornecer são negligenciados antecipadamente em favor de um raciocínio abstrato que *deduz* determinadas conclusões lógicas dos fatos já disponíveis. Encontramos igualmente, neste estágio, o teste de recusa da exaustividade: quando nenhum enigma foi posto e o objeto, deste fato, não pôde ser construído sociologicamente (questão descritiva), a pesquisa empírica se apresenta como um simples exercício de coleta de informações visando a ser a mais completa possível, e não como um *imperativo técnico* ligado à pesquisa sistemática de uma explicação.

vizinhança, de construção de casas individuais e de comércio entre arquitetos, promotores imobiliários e clientes, que ele teria alguma chance de encontrar alguma explicação propriamente sociológica ao fato – surpreendente – de 4% das janelas daquela rua possuírem formas redondas, e não, como era de se esperar, retangulares.

### 3

## Escolha e limites do modo de objetivação

*Serge Paugam*

Para o sociólogo, a construção de um objeto de estudos passa por um conjunto de distanciamentos em relação a si e à escolha inicial do tema de pesquisa, mas também em relação às prenoções e à demanda social e institucional endereçadas a ele. O objeto de estudos corresponde neste sentido a uma problematização sociológica da qual geralmente decorrem as hipóteses. Estas últimas podem ser reexaminadas, enriquecidas e às vezes transformadas ao longo da pesquisa. As primeiras experiências de campo frequentemente levam o sociólogo a inflectir seu questionamento inicial. As comparações oriundas da pesquisa podem também fazer surgir novas interrogações que convém então acrescentar às primeiras. Enfim, às vezes já num estágio avançado da pesquisa, urge elaborar modelos-ideais que servem de matriz à formulação de novas hipóteses e, em seguida, coletar dados empíricos suplementares. Este trabalho frequentemente longo, que visa a construir um objeto de estudos e a fazê-lo evoluir ao largo do processo de pesquisa, deve ser acompanhado por uma reflexão sobre o modo de objetivação o mais apropriado e por uma interrogação sobre os limites deste modo.

Neste capítulo estudaremos as escolhas metodológicas prévias que o sociólogo deve fazer antes de engajar-se em seu campo de pesquisa. Tratar-se-á de examinar os procedimentos a serem respeitados no momento de entrar em relação com a população pesquisada, abordando as principais questões que se impõem neste estágio preliminar da pesquisa. Mostraremos igualmente que a escolha do modo de objetivação também deve ser questionada a respeito dos limites inevitáveis do próprio processo de objetivação.

#### As escolhas metodológicas prévias

Quando elabora um projeto de pesquisa, o sociólogo delimita seu objeto de estudos inscrevendo-o numa problemática sociológica, como o vimos na primeira parte deste livro. Um projeto de pesquisa comporta igualmente precisões